

Exmo. Governador do Estado do Pará, **Helder Zahluth Barbalho.**

Exma. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, **Ministra Maria Cristina Peduzzi.**

Exma. Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, **Cintia Nazaré Pantoja Leão.**

Exma. Vice-Presidente, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, Advogada **Cristina Silva Alves Lourenço;**

Exmos. Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho,

Demais autoridades civis e militares, presentes ou representadas,

Meus pares, senhores juizes e juizas, servidores e servidoras, advogados e advogadas;

Familiares e amigos;

Senhores e senhoras,

Bom dia!

A um só tempo, a data é de celebração, mas também, para uma pessoa ansiosa como eu, um momento perturbador. Intriga-me o que, à frente do mais alto cargo da Instituição, terei realmente condições de realizar. Sabemos que nem tudo que enfrentamos pode ser mudado. Por ora, encaro como desafio imediato restabelecer a harmonia administrativa desta casa e a compreensão de que a administração é uma continuidade e não deve ser marcada por diferenciais personalíssimos, nem por disputas mesquinhas. Necessário também restabelecer a harmonia da Presidência com o Tribunal Pleno, a quem o presidente deve prestar conta de seus atos. Meus sinceros agradecimentos àqueles que acreditaram que eu seria capaz. Sei que este momento de posse e festa é apenas um começo formal, a legitimidade no cargo se dá,

efetivamente, pelos atos e pelas ações praticadas dia a dia ao longo do mandato.

Pretendo que a nova administração seja voltada à melhoria da qualidade da prestação jurisdicional, porque esta é, ao fim e ao cabo, a finalidade da administração da justiça. A justiça vem atingindo níveis de eficiência tecnológica e de produtividade elevados, mas, a meu ver, o maior desafio de hoje ainda é conseguir equilibrar esse nível de produtividade exigido dos magistrados com a qualidade das decisões judiciais.

A medição estatística de metas e resultados não pode ser considerada como um fim em si mesmo, sem a devida contextualização de que a atividade jurisdicional é sobretudo manufaturação. O juiz necessita de um tempo razoável para pensar e maturar a sua decisão, sob pena de se buscar o resultado tão somente pelo que ele exhibe, como mero exercício mecânico ou retórico do cargo.

Embora reconheça que a medição estatística é, sem dúvida, indispensável para a aferição do desempenho do Órgão.

Tenho em mente que a qualidade da prestação de serviço judiciário é um requisito inegociável e intransigível e o objetivo maior a ser atingido para se realizar a promoção do bem-estar social dos que demandam o Poder Judiciário. A necessidade permanente de informatização e o uso dos meios eletrônicos devem ser vistos como poderosos aliados a serviço da atividade pensante e reflexiva do magistrado.

Tal como já vinha mirando na Corregedoria, da mesma forma, espero que, à frente da Presidência consiga proporcionar os meios para o alcance desse equilíbrio.

Lembro sempre de uma frase que ouvi de um ministro do STF no auditório do TRT: temos os juízes que podemos ter, referindo-se, com certo

desalento, as muitas críticas opostas ao Poder Judiciário. Todavia, já caminhando para o fim da minha carreira, ainda acredito, que podemos ter os juízes e os servidores que queremos ter. Focada nesta crença, almejo para este tribunal como órgão de justiça que seja capaz, cada vez mais, de servir ao jurisdicionado com a excelência que lhe é devida.

É praticamente impossível neste momento não falar da Justiça do Trabalho como instituição. A Justiça do Trabalho, cuja proposta de extinção, há quem diga, vem desde o ano de 1954, representa sem dúvida o direito da classe trabalhadora a um foro especial, célere e tecnologicamente avançado, para apreciação das demandas. A continuidade da justiça como instituição, em que pese todas as iniciativas para extingui-la, inclusive através de distorções da realidade, hoje muito facilitadas pela existência das redes sociais, representa, sem dúvida, quase que um direito à resistência dessa

classe, de ver, através dela, suavizados e mitigados, os efeitos que decorrem da contradição do sistema econômico atual, capaz de produzir riqueza em grande escala, mas também e, infelizmente, e com mais intensidade, pauperização de grandes estratos da população.

Todos sabemos que a origem dessa sociedade desigual remonta o regime escravista de trabalho, que tem consequências até os dias atuais. Seguimos vendo o sofrimento social provindo de inúmeras formas de segregação e de renovação de privilégios, mais representada pela desigualdade econômica decorrente das dificuldades de se ascender ao mundo do trabalho digno. Não há dúvida que um estado, para ser justo, requer um aparato que assegure os direitos mínimos dessa classe. Tal como os sistemas de saúde e de educação, o sistema de justiça também integra esse arranjo, porque a proteção ao direito básico dos trabalhadores não se realiza naturalmente, por simples força do

mercado. Noutros termos, não é uma consequência espontânea do sistema econômico, ao revés, requer intervenção do Estado agente. Sabemos que a igualdade é o principal pilar do regime democrático e este não se defende sozinho. Daí porque há necessidade de se manter esta instituição de pé para, como dito, amenizar a desigualdade trazida pelo sistema econômico. E por falar em distorções, não devemos deixar de lembrar que pesquisas recentes e estatísticas econômicas demonstram que os direitos assegurados à classe trabalhadora, que a esta justiça cabe garantir, não são óbices ao desenvolvimento econômico, que na verdade, depende de investimentos de capitais, e não da redução de direitos sociais. Tampouco a Justiça do Trabalho é incapaz de fazer valer esses direitos, sem produzir a alardeada insegurança social ou econômica.

Outro tema do qual não se pode olvidar é a tragédia epidêmica que se abateu na sociedade

brasileira decorrente do novo coronavírus, que para além de graves problemas de saúde pública, trouxe ainda mais desalentos econômicos e sociais e escancarou nossas desigualdades. Aproveito a oportunidade para prestar singela homenagem às vítimas fatais do novo Coronavírus, especialmente de servidores e juízes, advogados e prestadores de serviço, assim como a seus familiares, e desejar que essa experiência se mostre como um farol a guiar nossas ações na busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

Registro que nesses tempos difíceis, vivenciamos momentos muito singulares, excepcionais, mesmo, juntamente com o corpo de magistrados e servidores e a comunidade jurídica que aqui é atuante. Em face dessa grave crise, procurei, à frente da Corregedoria, na medida do possível, respostas rápidas e adoção de medidas eficazes e à altura do que cada fase da crise exigia do Órgão.

Espero com essas ações ter proporcionado os meios para manter a eficiência, a eficácia e a efetividade próprias deste Tribunal. Pretendo que minha futura atuação como chefe desta Casa de Justiça não se mostre diferente, pois será voltada à busca constante de manter o elevado nível de qualidade na prestação dos serviços, com resultados cada vez mais positivos.

Aos desembargadores, peço que compartilhem comigo a administração do Tribunal, com a efetiva divisão de tarefas a fim de que possamos reforçar, sempre, a soberania do Tribunal Pleno na condução deste Regional.

Aos magistrados, requesto-lhes seus esforços pessoais para manter a qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais, sempre lembrando a necessidade de constante aperfeiçoamento para o atingimento desse objetivo maior.

Dos servidores e estagiários, assim como dos prestadores de serviços, rogo-lhes constante dedicação na prática das tarefas diárias para que o objetivo final, que é o de bem atender aos jurisdicionados, seja sempre alcançado de forma satisfatória.

À comunidade advocatícia que aqui milita, bem como aos membros do Ministério Público do Trabalho, peço que continuem envidando esforços, unidos ao do corpo de magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços deste E. Regional, para o melhor desempenho da Instituição.

Lembro a todos que o tempo que achamos ter, e que não cessa sua marcha inevitável, nunca será suficiente para que, numa única quadra temporal, seja possível albergar todas as mudanças necessárias à continuidade da qualidade dos serviços prestados, mas, certamente, com esforços conjugados, e, em regular sequência e encadeamento

dos atos praticados, o tempo se mostrará fecundo e verdadeiro aliado daqueles que buscam alcançar, com abnegação, os resultados desse trabalho, irmanados nesse mesmo objetivo de melhor atender aos que procuram o Poder Judiciário.

Peço vênica para terminar este meu pronunciamento dedicando este momento da minha carreira aos meus filhos Matheus e Pedro com amor.

Muito obrigada,